

## Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial

Cícero Pereira<sup>1</sup>  
Ana Raquel Rosas Torres  
Saulo Teles Almeida  
Universidade Católica de Goiás

---

### Resumo

Este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, a influência de um discurso justificador da discriminação sobre o preconceito racial. Em um experimento ( $N = 120$ ) que apresenta um cenário onde a gerente de uma loja contrata uma moça branca, discriminando uma negra, metade dos participantes (grupo experimental) recebeu um discurso justificando a discriminação. Os resultados mostram a representação da decisão da gerente organizada por dois princípios: avaliação profissional e percepção de justiça. Os participantes que tiveram acesso ao discurso justificador consideraram que a atuação da gerente foi mais profissional e menos injusta do que os participantes do grupo de controle. Os membros do grupo experimental tendem a contratar a moça branca, enquanto os membros do grupo de controle não apresentam preferência pela cor da pele na contratação. A discussão apresenta o preconceito moderno como o resultado dos discursos ideológicos produzidos por grupos majoritários para justificar a sua situação social.

*Palavras-chave:* Preconceito racial; representações sociais; discurso ideológico.

### A Study of Prejudice from a Social Representation Perspective: Analysis of the Influence of a Justifying Discourse on Racial Prejudice Discrimination

### Abstract

This paper analyses the influence, from a social representations view, of a justifying discourse about racial prejudice. In an experiment ( $N = 120$ ), it was presented to participants a scenario where a shop manager hires a white girl discriminating a black one. Half of participants also received a discourse justifying the manager's decision. The results show that the representation of that decision is organized in two principles: professional evaluation and justice perception. The participants who had access to the justifying discourse considered the manager's decision as been more professional and less unfair than the participants who did not see that discourse. The former group was also more tended to hire the white girl, while the other group did not show a racial preference. The discussion presents modern prejudice as a result of ideological discourses produced by majority groups to justify their social position.

*Keywords:* Racial prejudice; social representations; ideological discourse.

---

Nos últimos anos, as organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos de grupos minoritários têm obtido diversos avanços no que diz respeito a mudanças na legislação que coíbe manifestações de comportamentos e atitudes discriminatórios. Exemplo disso é o debate recente sobre a possibilidade de quotas nas universidades públicas para negros, para estudantes oriundos de escolas públicas, etc. No entanto, a questão que interessa às ciências sociais como um todo e a psicologia social em particular responder refere-se à possibilidade de que essas ações não estejam, de fato, contribuindo para a diminuição do preconceito social. Talvez, o que esteja acontecendo seja que, frente a um conjunto de leis que proíbem a discriminação, os grupos majoritários começam a desenvolver estratégias ideológicas que perpetuam as práticas discriminatórias não

mais de forma aberta, mas de uma forma bem mais encoberta. De fato, estudos recentes têm mostrado que a expressão de formas clássicas de discriminação racial tem diminuído em várias partes do mundo (Phillips & Ziller, 1997; Schuman, Steeh, Bobo & Krysan, 1998). Ao mesmo tempo, vários estudos também têm verificado a existência de dois tipos de preconceito: o clássico, caracterizado pela expressão de atitudes e comportamentos hostis em relação a um grupo alvo e o novo, em que sua expressão apresenta-se de forma menos aberta e mais encoberta (Browser, 1995; Kinder & Sears, 1981; Mummendey & Wenzel, 1999). A expressão encoberta do preconceito explicaria a diminuição de manifestações clássicas de discriminação (Vala, Brito & Lopes, 1998, 1999). Essas formas de expressão do preconceito surgiram após a institucionalização das normas que proíbem a discriminação contra grupos minoritários (McConahay, Hardee & Batts, 1981; Santos, 1999) criando mecanismos de expressão que não ferem abertamente essas normas

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Grupo de Pesquisa em Processos Grupais e Intergrupais. Caixa Postal 12900, 74643-970, Goiânia, Goiás.  
*E-mail:* cicero.psi@ucg.br

(Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995).

Nesse sentido, o racismo expressa-se através das estratégias que os grupos dominantes encontraram para driblar as normas anti-racistas. Trata-se, pois, de discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem, aparentemente, violar essas normas (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001). Mais grave ainda, e de forma paradoxal, esses grupos têm conseguido implantar processos discriminatórios em nome da defesa da justiça e da igualdade universais. Assim, o preconceito atualmente é constituído por vários discursos que pregam a defesa irrestrita dos valores igualitários do pós-modernismo e, ao mesmo tempo, opõem-se às políticas sociais coerentes com esses valores. Portanto, este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, como um discurso justificador contribui para a expressão do preconceito racial.

### **A Perspectiva das Representações Sociais**

As representações sociais são as formas pelas quais o senso comum expressa seu pensamento (Jodelet, 1993, Moscovici, 1976). Não se trata de respostas que um indivíduo emite em relação a um estímulo do meio social (Farr, 1995), mas das maneiras como os grupos sociais constroem e organizam os diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos. Esses significados são responsáveis pela ligação dos estímulos às suas respostas correspondentes, em que o estímulo e sua resposta são construídos nas atividades sócio-cognitivas dos grupos sociais, as quais são desenvolvidas nas relações concretas e simbólicas que eles mantêm com os outros grupos (Vala, 2000). É nesse sentido que as representações sociais são referidas como teorias de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1993), que estabelecem o repertório com as alternativas de ocorrência das ações sociais.

Doise (1989) critica as definições de representação social que destacam apenas a dimensão hegemônica dessas representações (Abric, 1994; Jodelet, 1993). Esse autor situa o consenso não no conteúdo das representações, mas nos princípios que organizam os aspectos consensuais e polêmicos do campo representacional. Para Doise (1986), representações sociais são princípios que organizam as variações sistemáticas dos posicionamentos individuais nos diversos elementos que formam o campo representacional. Essa definição introduz uma noção central ao conceito de representações sociais: a variabilidade das representações. A multiplicidade de conceitos (Jodelet, 1989; Vala, 2000) e de delineamentos metodológicos (Abric, 1994) das representações sociais, defendidos pelo próprio Moscovici (1988), permite considerá-las não como uma teoria acabada,

mas como uma ampla abordagem inovadora no campo da Psicologia Social (Pereira & Camino, 2002; Vala, 1993). Mesmo assim, a abordagem das representações sociais tem sido criticada, seja com relação à falta de precisão conceitual (Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1985), seja no que se refere à debilidade dos procedimentos metodológicos empregados nos estudos orientados por essa abordagem (Leyens & Dardenne, 1996). Na tentativa de oferecer uma solução à imprecisão conceitual da abordagem, Camino (1996) e Vala (1993) defendem a articulação das teorias das representações sociais, das minorias ativas (Moscovici & Mugny, 1987) e da identidade social (Tajfel, 1982). A teoria da influência social minoritária, que descreve o papel ativo das minorias consistentes nos processos de mudança social, permite compreender os processos subjacentes aos consensos e dissensos que dão dinamismo às representações. A teoria da identidade social, que analisa a influência social no quadro das relações intergrupais e oferece as bases da formação simbólica dos grupos sociais, auxilia a análise da ancoragem social das representações sociais (Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Pereira & Camino, 2002).

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993) propõem o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais como alternativa para os problemas metodológicos dessas representações, permitindo o desenvolvimento de pesquisas, integrando, como defendem Vala (1993) e Camino (1996), representações sociais, influência e identidades sociais (Pereira, 2000). Nesse modelo, o estudo das representações sociais envolve três fases: a organização do campo representacional, os princípios organizadores dos posicionamentos dos indivíduos no campo representacional e a ancoragem social desses princípios. Na primeira fase, que corresponde à objetivação (Doise, 1998; Moscovici, 1976), pressupõe-se a existência de uma organização cognitiva comum aos membros de uma população sobre os elementos constitutivos de um sistema de relações sociais. É nesse nível que a abordagem das representações sociais aproxima-se da perspectiva da cognição social (Augoustinos & Innes, 1990), uma vez que ambas admitem a existência de uma percepção compartilhada sobre um objeto social que pode ser derivada de uma definição institucionalizada desse objeto (Spini & Doise, 1998). No segundo nível, isto é, na identificação dos princípios organizadores do posicionamento dos indivíduos no campo representacional, assume-se a variabilidade entre indivíduos quando esses se posicionam em relação aos elementos desse campo. Contudo, essas diferenças individuais são sistemáticas e estão situadas em torno de princípios organizadores subjacentes a essas diferenças (Doise & Clémence, 1996). Esses princípios são as dimensões psicossociais que dão significado à organização do campo representacional. Finalmente, a

ancoragem social avalia como as pertencas sociais e as identidades sociais explicam os princípios que organizam os posicionamentos individuais no campo representacional (Doise, 1992). Doise (1993) identifica três formas de ancoragem: a psicológica, a sociológica e a psicossociológica. A análise psicológica estuda a ancoragem nas atitudes individuais. A análise sociológica identifica como a pertença dos indivíduos a grupos sociais influência as representações. Na análise psicossociológica a ancoragem gira em torno dos discursos ideológicos sobre a natureza das relações sociais. Assim, este artigo utiliza o modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais num estudo sobre como um discurso ideológico ancora o preconceito racial.

### A Natureza do Preconceito

Na Psicologia Social, a definição mais utilizada para o preconceito é a explicitada por Allport (1954), como sendo uma atitude negativa em relação a uma pessoa baseada na crença de que ela tem as características negativas atribuídas a um grupo. Essa atitude seria constituída por dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influenciaria comportamentos discriminatórios (Jones, 1972). A partir da obra de Allport (1954), várias teorias foram desenvolvidas para explicar o preconceito (Monteiro, 2000). Segundo Billig (1993) e Martínez (1996), essas abordagens têm enfatizado, sobretudo, as causas psicológicas do preconceito, tais como as teorias da personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950), da frustração-agressão (Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears, 1939) e do “espírito fechado” (Rokeach, 1960). Esses trabalhos têm sido criticados em diversas formas. No entanto, para a argumentação defendida neste artigo, o ponto mais importante refere-se ao fato de que, explicando o preconceito através da dinâmica da personalidade do indivíduo, esses autores estariam negligenciando fatores situacionais e socio-econômicos que, na maioria das vezes, são muito poderosos em determinar esse fenômeno.

Com a emergência da perspectiva da cognição social (Fiske & Taylor, 1991), o preconceito passou a ser explicado através dos vieses psicológicos responsáveis pelos erros no processamento das informações e dos julgamentos sociais (Ross, 1977; Schaller, 1991). Aqui, a estereotipagem seria o viés central na formação do preconceito (Dorai & Deschamps, 1990; Hamilton, 1979; Haslam, 1997; Hewstone, 1990; Lepore & Brown, 1997; Yzerbyt, Rocher & Schadron, 1997). Os estereótipos são características atribuídas às pessoas baseada no fato delas fazerem parte de um grupo ou de uma categoria social (Oakes, Haslam & Turner, 1994). Na perspectiva das relações intergrupais, Tajfel (1982) destaca o fato de que a mera divisão de pessoas em

diferentes grupos levaria a avaliações enviesadas sobre esses grupos e seus produtos. Para esses autores, a consciência da existência de outros grupos poderia gerar um processo de comparação entre “nós” e “eles”. Assim, freqüentemente indivíduos são cooperativos em direção aos seus grupos (*endogrupos*) e tendem a menosprezar os membros dos outros grupos (*exogrupos*). Esse processo psicológico, conhecido como a diferenciação intergrupar, seria um dos principais fatores que propiciariam o surgimento de fenômenos sociais tais como a formação de estereótipos e preconceitos (Abrams & Hogg, 1990). Tajfel (1982) destaca a dimensão social dos estereótipos ao concebê-los como crenças ou conhecimentos amplamente partilhados por um grupo sobre a natureza do *endogrupo* e dos *exogrupos*. Essa perspectiva considera que, embora a formação do preconceito envolva processos cognitivos como a estereotipagem (Haslam & Turner, 1992), o viés determinante dos preconceitos sociais seria a inserção do indivíduo numa categoria social e o seu grau de identificação com ela (1978). Tajfel (1982) defende que os indivíduos são motivados a procurar e manter uma identidade social positiva e essa identidade social positiva contribuiria para um sentimento de auto-estima positiva. Portanto, quanto maior o sentimento de identificação com um grupo determinado (e assim maior as implicações desse grupo para a auto-estima do indivíduo), maior seria a tendência do indivíduo de diferenciar entre o *endogrupo* e os *exogrupos* para adquirir e manter uma identidade social positiva. No entanto, segundo Torres (1996), ao explicar o viés intergrupar como sendo resultado da necessidade do indivíduo de obter e manter uma identidade social positiva, Tajfel (1982) comete o mesmo tipo de reducionismo psicológico que ele havia criticado como existente na teoria da personalidade autoritária (Adorno & cols., 1950) e na teoria da frustração e agressão (Dollard & cols., 1939).

Em outra perspectiva, Doise (1982) e Camino (1996) têm desenvolvido uma abordagem societal para análise das relações intergrupais que situa o viés *endogrupal* no quadro específico dos conflitos ideológicos que se desenvolvem no interior de uma sociedade. Essa abordagem explica o favoritismo *endogrupal* não mais em termos de motivações psicológicas, mas como consequência da dinâmica própria das relações de poder entre os grupos (Deschamps, 1982; Doise, 1976). Nessa perspectiva, o preconceito é definido como uma forma de relação intergrupar organizada em torno das relações de poder entre grupos, produzindo representações ideológicas que justificam a expressão de atitudes negativas e depreciativas, bem como a expressão de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de grupos minoritários (Camino & Pereira, 2002; Lacerda & cols., 2002). Nesse sentido, os discursos

ideológicos, ao apresentarem as características psicossociais que organizam os processos afetivos e cognitivos, justificam as diferenças sociais existentes (Billig, 1985, 1991; van Dijk, 1988) e dão suporte aos processos de exclusão social (Camino, 1998). Assim, a compreensão dos preconceitos sociais passa pela análise de como as representações ideológicas se expressam nas teorias de senso comum sobre a natureza dos grupos sociais. Especificamente, considerando as representações sociais como transformações de conhecimentos ideológicos científicos e filosóficos em saber de senso comum (Moscovici, 1976), interessa saber como atualmente esse senso comum representa as relações raciais.

### **Preconceito Racial e Representações Sociais. Estudos Empíricos**

Os estudos clássicos sobre o racismo submeteram à prova a hipótese de que grupos dominantes avaliariam positivamente os membros de seu grupo e negativamente os membros dos outros grupos (Tajfel, 1978, 1982). Nesse sentido, era de se esperar que os brancos representassem a natureza do seu grupo mais positivamente do que a natureza das pessoas de cor negra. Implicitamente, nesse processo de categorização, as pessoas utilizam teorias de senso comum sobre as características essenciais que diferenciariam o branco do negro. São essas teorias que permitem estabelecer o elo entre os estudos sobre o preconceito racial e a abordagem das representações sociais, dado que estas teorias de senso comum orientariam as avaliações que as pessoas fazem de seu grupo e dos outros grupos.

As novas teorias sobre o preconceito, como a do racismo moderno (McConahay, 1986), a do racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981), a do racismo ambivalente (Katz & Hass, 1988) e a do racismo sutil (Meertens & Pettigrew, 1995, 1999), descrevem processos discriminatórios menos flagrantes e mais encobertos. Estudos desenvolvidos na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália à luz dessas teorias mostram o viés *endogrupal* atuando no favoritismo pelo próprio grupo, mas não na derrogação do grupo externo (Vala & cols., 1998). Esse processo passa pela internalização, por parte dos indivíduos, da norma anti-racista, inibindo a derrogação do outro grupo (Moscovici & Péres, 1999; Pedersen & Walker, 1997; Vala & cols., 1999; Vrugt & Nauta, 1995). De fato, era de se esperar na primeira metade do Século XX, período em que surgiram as primeiras teorias sobre o preconceito (Adorno & cols., 1950; Allport, 1954), a expressão de formas mais abertas de discriminação, uma vez que o discurso ideológico predominante girava em torno da crença amplamente aceita, defendida pela própria ciência, de uma hierarquia biológica entre as raças (Rex, 1986). Com o fim da Segunda Guerra

Mundial e com as subseqüentes Declarações de Direitos Humanos associadas à queda do mito da hierarquia racial, surgem novos discursos negando que as diferenças biológicas entre os negros e os brancos determinam suas características psicológicas e culturais e que por isso ambos devem ter direitos iguais (Guimarães, 1999; Heringer, 1995). Por outro lado, nesse mesmo discurso, ao transferir o debate para as diferenças culturais, há a possibilidade da existência de uma hierarquia cultural que explicaria o sucesso de alguns povos do mundo. Além disso, defende a crença de que as culturas subdesenvolvidas deveriam mudar seus valores, e em conseqüência sua cultura, para alcançarem o desenvolvimento econômico. Embora as novas teorias sobre o preconceito não estejam orientadas pela perspectiva das representações sociais, os estudos desenvolvidos a partir delas revelam que atualmente o campo representacional das relações raciais é constituído mais pela crença numa hierarquia cultural do que numa hierarquia genética entre raças (Biernat, Vescio, Theno & Crandall, 1996; Schwarcs, 1993).

Nesse sentido, Pettigrew e Meertens (1995) constatarem que atualmente o preconceito apresenta-se composto pela negação de emoções positivas em relação ao grupo alvo do preconceito e, principalmente, pela acentuação das diferenças culturais expressa na percepção de que os membros dos outros grupos não aderem aos valores do trabalho. A dimensão emocional, também identificada em outras investigações (Dijker, 1987; Dovidio, Mann & Gaertner, 1989; Leyens & cols., 2000; Smith, 1993), não se caracterizou em emoções negativas em relação ao *exogrupo*, mas no sentimento de mais emoções positivas em relação ao *endogrupo*. O preconceito, expresso através das diferenças culturais, reflete a ambigüidade da globalização (Giddens, 1996), pois ao mesmo tempo em que viabiliza o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo, aumenta as diferenças entre ricos e pobres (Camino & cols., 2001), expressas nas estatísticas que continuam mostrando o aumento mundial da pobreza (Bauman, 1998; Beeman & Frank, 1998). A ambigüidade da globalização também afeta o racismo nas relações trabalhistas. De fato, a avaliação feita por norte-americanos em relação à qualificação profissional dos negros no mercado de trabalho foi menos positiva do que a dos brancos (McConahay, 1983).

Quais são as características dos discursos racistas e as condições sociais em que são implementados esses discursos no Brasil? Com relação às características do discurso, Venturi e Paulino (1995) verificaram que apenas 10% dos brasileiros admitem serem preconceituosos. Contudo, quase 90% dos entrevistados reconhecem que a sociedade brasileira é preconceituosa. Essa tendência já havia sido constatada no início dos anos oitenta numa investigação realizada

por Rodrigues (1984), em que brasileiros, individualmente, não atribuíram estereótipos negativos ao negro, mas afirmaram que a sociedade brasileira os atribuiu. Recentemente, Martinez e Camino (2000) constataram que estudantes universitários, ao classificarem seu grau de preconceito em uma escala de dez pontos, consideram que, em média, seu preconceito é de apenas 3,3 pontos, enquanto o grau médio de racismo da sociedade brasileira seria igual a 7,8 pontos. Essa mesma contradição também foi verificada em uma investigação realizada por Camino e colaboradores (2001), levando esses autores a concluir que o discurso ideológico que organiza a representação das relações raciais no Brasil descreve uma dissociação cognitiva cuja característica central é o fato das pessoas negarem que são preconceituosas atribuindo a responsabilidade do preconceito a uma abstração: a sociedade brasileira. Com isso o racismo à brasileira (Silva, 1995) cumpre seu papel ideológico mascarando as práticas discriminatórias. Como afirma Billig (1991), o sucesso de uma ideologia está relacionado aos discursos cotidianos (ou às teorias de senso comum na ótica de Moscovici, 1976) que procura justificar empiricamente o seu próprio sucesso. Nesse sentido, a ênfase na norma anti-racista poderia levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito (Camino & cols., 2001). Mas quais seriam essas condições?

No Brasil, a miscigenação cultural produziu mitos como o da democracia racial (Freyre, 1933), que entende a discriminação mais como o resultado da estratificação social do que das diferenças de cor. Nesse sentido, o negro seria discriminado não por ser negro, mas por ser pobre. Contudo, o mito da democracia racial parece ser uma forma de racionalização das práticas discriminatórias (Azevedo, 1975). Embora o racismo à brasileira esteja relacionado à pobreza, a cor da pele é, como apontam os resultados da pesquisa levada a cabo por Camino e colaboradores (2001), central na definição do nível da classe social que o indivíduo irá pertencer. Nesse sentido, Andrews (1998) mostra que os negros recebem menores salários que seus colegas não negros. Estatísticas governamentais também indicam que o negro é, objetivamente, discriminado tanto nos menores salários quanto na dificuldade em conseguir emprego formal (Ministério do Trabalho, 1998). O racismo, ao relacionar-se às situações sócio-econômicas dos brancos e dos negros, influencia a discriminação do negro no mercado de trabalho. De fato, Camino e colaboradores (2001) constataram que a representação das relações raciais no trabalho é formada pela crença de que os negros se engajam em atividades desqualificadas e nas ligadas ao esporte, enquanto os brancos se engajam mais em atividades qualificadas e vinculadas ao poder. Assim, a discriminação, expressa na representação do tipo de emprego que o negro

deve ter, utiliza a cor da pele como critério decisivo na admissão de uma pessoa a um emprego (Telles, 1994).

Nesse sentido, este artigo apresenta um estudo experimental que mostra a influência de um discurso justificador da discriminação sobre o preconceito racial em universitários de Goiânia. Investiga, sobretudo, as formas mascarada e aberta desse preconceito através de um cenário que coloca uma situação em que a gerente de uma loja, ao contratar uma nova funcionária, dá preferência a uma moça branca. Como formas mascaradas ou indiretas do preconceito, serão estudados os princípios organizadores da representação que os universitários têm da decisão da gerente. Espera-se que essa representação esteja organizada por dois princípios: percepção de justiça (Rego, 2001) – o quanto a decisão da gerente foi justa; avaliação profissional (Byrnes & Kiger, 1988) – o quanto a gerente atuou profissionalmente ao contratar a moça branca. Como forma direta do preconceito, avalia-se a decisão dos estudantes caso estivessem no lugar da gerente. Tanto os princípios organizadores da avaliação da gerente quanto a decisão dos estudantes ancorar-se-ão no discurso justificador da discriminação. Especificamente, os estudantes com acesso a esse discurso expressarão um grau de preconceito maior que os estudantes que não têm acesso a esse discurso. Além disso, espera-se que o discurso justificador da discriminação influencie mais as formas indiretas de expressão do racismo do que a forma aberta do preconceito (Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995).

## Método

### Participantes

Participou neste estudo uma amostra composta por 120 estudantes, com idade variando de 19 a 30 anos ( $m = 21,9$ ;  $dp = 2,57$ ), do primeiro ano do curso de psicologia de uma universidade localizada em Goiânia (GO). Esses estudantes foram distribuídos aleatoriamente em dois grupos contendo 60 membros cada, sendo um grupo experimental e um de controle.

### Manipulação Experimental

Aplicou-se o delineamento experimental explicitado por Campbell e Stanley (1979) com um grupo experimental, um grupo de controle e só pós-teste. Aos grupos foi apresentado um texto (Anexo A) contendo um cenário que descreve a gerente de uma loja de cosméticos de um *shopping center*. Em síntese, o texto apresenta uma situação em que essa gerente precisa contratar uma funcionária para integrar o quadro de vendedoras da loja, colocando um anúncio num jornal solicitando às interessadas, que enviem seu

currículo para análise. Após avaliar todos os *currícula*, a gerente seleciona os dois melhores, pois se trata de duas moças com competência e características profissionais idênticas. Em seguida, o texto narra que a gerente convoca as duas moças para uma entrevista, onde constata que uma moça é de cor branca e a outra é de cor negra.

Na situação de controle, narra-se que a gerente ao ver a cor da pele das moças não teve dúvidas e, sem apresentar justificativas, resolveu contratar a moça branca. Na situação experimental, foi acrescentado um parágrafo que igualmente narra a decisão da gerente por contratar a moça branca, mas essa decisão é justificada através de um discurso cuja característica central é o fato de a gerente não se perceber como uma pessoa preconceituosa. Contudo, ela considera que a sociedade brasileira, cliente em potencial de sua loja, é muito preconceituosa e que por isso deveria contratar a moça branca. Com essa decisão, a gerente estaria cumprindo bem seu papel de administradora de negócios. Portanto, o que diferencia o grupo experimental do grupo de controle é a presença do texto contendo um discurso que justifica a contratação da moça branca.

### Instrumento

O instrumento utilizado foi um questionário, contendo as seguintes escalas:

*Preferência pela Cor da Pele das Pessoas que Atendem nas Lojas:* Inicialmente, pediu-se aos estudantes a indicação de sua preferência pessoal pela cor da pele das pessoas que os atendem quando eles entram em alguma loja para fazer compras. Essa preferência foi indicada numa escala de sete pontos contendo um único item apresentado em forma de diferenciador semântico (Osgood, Succi & Tannenbaum, 1957) que situa, de um lado, a preferência por ser atendido por pessoas de cor negra e, do outro lado, a preferência por pessoas de cor branca. A preferência pela cor foi codificada numa escala variando de 1 (Preferência por Negras) a 7 (Preferência por Brancas). Em seguida, solicitou-se aos estudantes que indicassem, também na escala em forma de diferenciador semântico, a cor da pele dos atendentes que os membros da sociedade brasileira prefere quando são atendidos nas lojas.

*Princípios Organizadores da Avaliação da Decisão da Gerente:*

Para a análise dos princípios organizadores da decisão da gerente, desenvolveu-se uma escala contendo oito adjetivos. Quatro dos adjetivos (justa; correta; adequada; necessária) foram elaborados para a avaliação da *Percepção de Justiça* realizada pelos estudantes em relação à decisão da gerente. Os outros quatro adjetivos (profissional; competente; eficaz; prudente) foram utilizados para a análise da *Avaliação Profissional* que os estudantes fizeram da atuação da gerente. Os estudantes indicaram, numa escala do tipo *Likert* (1970) variando de 1 (Nada) a 7 (Muitíssimo), o quanto cada adjetivo aplicava-se à decisão

da gerente ao optar por contratar a moça branca. Os parâmetros psicométricos dessa escala são apresentados na seção dos resultados.

*Escala de Tomada de Decisão:* Considerou-se como tomada de decisão as tendências dos estudantes para a contratação da moça negra ou da moça branca. A eles foi solicitado que se colocassem no lugar da gerente da loja descrita no texto, a fim de saber quais seriam as tendências de decisão que esses estudantes teriam se fosse a eles encarregada a tarefa de contratar a funcionária. Os estudantes foram orientados a indicar sua decisão se posicionando em uma escala contendo um único item apresentado em forma de diferenciador semântico (Osgood & cols., 1957) com a tendência de contratação da moça negra, situada ao lado esquerdo, e com a tendência de contratação da moça branca, situada ao lado direito da escala. Objetivamente, os estudantes indicaram qual moça contratariam se estivessem no lugar da gerente da loja. Suas tendências de decisão foram codificadas numa escala variando de 1 (Contrataria a Negra) a 7 (Contrataria a Branca).

### Procedimentos

Para a realização do estudo, sorteou-se quatro disciplinas do primeiro ano do curso de psicologia contendo trinta alunos cada. Após os sorteios, foi solicitada aos professores das disciplinas a permissão para a realização da investigação. Nas salas de aula, os textos contextualizando a situação sobre a qual os estudantes deveriam responder o questionário foram distribuídos de forma aleatória, de modo que metade da turma fizesse parte do grupo experimental e a outra metade formasse o grupo de controle. Para que os estudantes não conseguissem visualizar o tamanho e o conteúdo do texto entregue aos seus colegas, solicitou-se a eles que sentassem em carteiras alternadas. O tempo de realização do estudo em cada sala variou de dez a quinze minutos.

### Resultados

As análises dos dados foram orientadas pelas indicações propostas no Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais (Doise & cols., 1993). Inicialmente, investigou-se a preferência dos estudantes em relação à cor da pele das pessoas que atendem nas lojas comparando-a, através de uma Análise de Variâncias com medidas repetidas, com a percepção deles sobre a preferência da sociedade brasileira. Os resultados dessa análise revelam que a manipulação experimental não afeta as comparações:  $F_{\text{Grupos}}(1,117) = 1,51; p > 0,05$   $F_{\text{Grupos X Preferências}}(1,117) = 3,50; p > 0,05$ . Contudo, o efeito principal envolvendo a comparação das preferências é significativo  $F_{\text{Preferências}}(1,117) = 194,09; p < 0,001$ , indicando que os estudantes consideram

que a sua preferência pessoal nos atendimentos independe da cor da pele das atendentes, pois seu posicionamento na escala foi situado em torno do ponto médio ( $m = 3,9$ ), enquanto julgam que a sociedade brasileira prefere ser atendida por pessoas de cor branca ( $m = 5,8$ ). Esse resultado é particularmente importante na interpretação dos resultados subseqüentes porque permite considerar adequado o discurso justificador da discriminação racial utilizado na manipulação experimental uma vez que ele é constitutivo do campo representacional dos estudantes sobre as relações raciais. Este campo é constituído, por um lado, pela negação pessoal do preconceito e, por outro lado, pela crença de que a sociedade brasileira é preconceituosa (Camino & cols., 2001; Venturi & Paulino, 1995). Mas o discurso justificador da discriminação favorece a expressão do preconceito?

A expressão desse preconceito passa pelos princípios organizadores da avaliação que os estudantes fazem da decisão da gerente. Para análise desse processo, verificou-se, inicialmente, a adequação teórica e a confiabilidade da escala utilizada na identificação desses princípios

organizadores. Para tanto, aplicou-se uma Análise Fatorial, através do método dos eixos principais, aos escores atribuídos pelos estudantes aos adjetivos utilizados na sua avaliação da decisão da gerente. Como podem ser constatados (Tabela 2), os dois fatores resultantes da análise explicam 51% da variabilidade do posicionamento dos estudantes e os seus conteúdos indicam a presença de dois princípios que organizam a avaliação da decisão da gerente: *Avaliação Profissional* e *Percepção de Justiça*. Para ambos princípios, as escalas apresentam-se adequadas dado que os resultados das análises mostram *eigenvalues* superiores a 1, explicando 31% da variabilidade da avaliação profissional e 20% da percepção de justiça. Constata-se também que a fidedignidade dessas duas escalas, medida através do coeficiente alfa de Cronbach (1951), é satisfatória (alfas = 0,87 e 0,80, respectivamente), permitindo a construção de indicadores da avaliação profissional e da percepção de justiça que os estudantes fizeram da decisão da gerente da loja.

Tabela 1

*Médias da Preferência dos Estudantes e do que Eles Prensam que os Brasileiros Preferem em Relação à Cor da Pele das Vendedoras nas Lojas de Shopping Centers nos Grupos Experimental e Controle*

	Grupos		
	Experimental ( $n = 60$ )	Controle ( $n = 60$ )	Total
Preferência pessoal	3,9	3,8	3,9 <sub>b</sub>
Preferência dos brasileiros	5,6	6,0	5,8 <sub>a</sub>
Total	4,8	4,9	4,9

*Nota.* As médias que não compartilham os mesmos subscritos representam diferenças estatisticamente significativas com  $p < 0,05$  na Análise de Variâncias. A escala varia de 1 (Preferência pela Negra) a 7 (Preferência pela Branca).

Tabela 2

*Cargas Fatoriais, Comunalidades ( $h^2$ ), Eigenvalues, Variância Explicada e Fidedignidade das Escalas Utilizadas na Avaliação dos Princípios Organizadores da Decisão da Gerente*

Itens	Princípios organizadores da avaliação da decisão da gerente		
	Avaliação profissional	Percepção de justiça	$h^2$
Competente	0,93		0,88
Eficaz	0,70		0,61
Profissional	0,57		0,33
Prudente	0,52		0,39
Correta		0,65	0,73
Necessária		0,63	0,40
Justa		0,56	0,35
Adequada		0,46	0,37
<i>Eigenvalues</i>	2,5	1,6	
Variância explicada	31%	20%	
Fidedignidade (Alfa)	0,87	0,80	

*Nota.* Apenas as cargas fatoriais superiores a 0,45 são apresentadas após a rotação *varimax*. KMO = 0,81; Esfericidade = 172,08;  $p < 0,001$ .

Para analisar o efeito da manipulação experimental sobre a expressão do preconceito racial, aplicou-se uma Análise de Variâncias Multivariada (MANOVA) considerando o delineamento 2 (grupos experimental e controle) X 3 (percepção de justiça, avaliação profissional e tomada de decisão). Os resultados indicam (Tabela 3) que o efeito multivariado é significativo explicando 26% da variância do preconceito  $F(3,117) = 12,27; p < 0,001; Pillais = 0,26$ , de modo que, no geral, os estudantes da condição experimental expressam um preconceito médio ( $m = 4,1$ ) superior aos estudantes do grupo de controle ( $m = 2,8$ ).

Tabela 3

*Médias da Avaliação da Decisão da Gerente e da Escolha da Funcionária em Função dos Grupos Experimental e Controle*

	Grupos	
	Experimental ( $n = 60$ )	Controle ( $n = 60$ )
Percepção de justiça	3,1	2,0
Avaliação profissional	4,1	2,5
Tomada de decisão	5,0	4,0
Total	4,1	2,8

*Nota.* A escala de percepção de justiça varia de 1 (Nada Justa) a 7 (Extremamente Justa). A escala de avaliação profissional varia de 1 (Nada Profissional) a 7 (Extremamente Profissional). A tomada de decisão também varia de 1 (Contrataria a Negra) a 7 (Contrataria a Branca).

Do mesmo modo, todos os efeitos univariados também são significativos:  $F_{\text{Percepção de Justiça}}(1, 117) = 21,44; p < 0,001, Eta^2 = 0,16; F_{\text{Avaliação Profissional}}(1,117) = 34,73, Eta^2 = 0,24; p < 0,001; F_{\text{Tomada de Decisão}}(1,117) = 15,09; p < 0,001, Eta^2 = 0,12$ . Os estudantes do grupo experimental percebem que a decisão da gerente foi menos injusta ( $m = 3,1$ ) do que os estudantes do grupo de controle ( $m = 2,0$ ). Constata-se também que na condição experimental os estudantes avaliam a atuação profissional da gerente da loja de forma mais positiva ( $m = 4,0$ ) do que os estudantes da condição de controle ( $m = 2,5$ ). Quando perguntado aos estudantes qual seria a sua decisão caso estivessem na situação da gerente da loja, os membros do grupo experimental tendem a contratar a moça branca ( $m = 5,0$ ), enquanto os membros da condição de controle posicionam-se exatamente no ponto médio da escala ( $m = 4,0$ ). Finalmente, constata-se através dos  $Eta^2$  que o discurso justificador da discriminação influencia mais o posicionamento dos estudantes nos princípios organizadores da representação da decisão da gerente do que a sua tomada de decisão (16%, 24% e 12%, respectivamente).

### Discussão

No estudo, apresentado neste artigo, avalia-se o efeito de um discurso justificador da discriminação racial sobre as

formas de expressão do preconceito racial. Utilizando o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais (Doise & cols., 1993), foram identificados os elementos constitutivos do campo representacional das relações raciais no Brasil a partir dos quais construiu-se o discurso justificador da discriminação. Em seguida, foram analisados os princípios organizadores da avaliação que os estudantes fizeram da decisão que uma suposta gerente de loja teve ao contratar uma moça branca, discriminando uma negra e, finalmente, mostrou como as formas do preconceito ancoram-se no discurso justificador da discriminação.

Com relação ao campo representacional, os resultados mostram esse campo constituído pela crença na existência de um preconceito generalizado na sociedade brasileira e pelo fato de que individualmente as pessoas julgam que não são preconceituosas (Camino & cols., 2001; Venturi & Paulino, 1995). De fato, os estudantes percebem que eles próprios não têm preferência pela cor da pele dos atendentes das lojas, mas acham que a sociedade brasileira claramente prefere ser atendida por pessoas de cor branca. Para Billig (1993), o exame das declarações de ausência de preconceito pessoal em um meio caracterizado por preconceito coloca em relevo o debate sobre a natureza desse preconceito, fundamentalmente no que se refere ao fato de saber se o preconceito é uma característica pessoal do indivíduo ou se ele ocorre devido às situações sociais em que se produz a discriminação. Enquanto as novas teorias sobre o racismo explicam-no através de um processo psicológico de internalização ou acomodação às normas anti-racistas (Meertens & Pettigrew, 1999), a perspectiva adotada neste trabalho, ao estudar o preconceito à luz das representações sociais, tenta compreender as expressões atuais do racismo como decorrentes das novas teorias de senso comum, elaboradas pelos grupos sociais, a partir de suas relações de poder, sobre a natureza das relações raciais. Naturalmente, essas teorias são transformações que o senso



comum fez das normas anti-racistas, resultando em um discurso que justifica a discriminação (Lacerda & cols., 2002). É nesse sentido que se concebe o preconceito não como decorrente de características psicológicas individuais, mas, sobretudo, como o produto das relações de poder entre grupos. Essas relações geram representações ideológicas que justificam os processos de discriminação contra grupos minoritários (Pereira & Camino, 2002). Uma dessas representações é o discurso ideológico que nega o preconceito pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Camino & cols., 2001).

O cenário apresentado aos estudantes contextualiza as relações raciais e situa o racismo no domínio das relações sócio-econômicas (Santos, 1999; Telles, 1994). Tal como mostraram os resultados, a representação que os estudantes têm dessa discriminação é organizada em torno dos dois princípios hipotetizados: avaliação da capacidade profissional da gerente e a percepção do quanto essa gerente foi justa ao contratar a moça branca. O posicionamento nesses dois princípios juntamente com a decisão dos estudantes caso estivessem no lugar da gerente permitiu estudar o preconceito racial no contexto específico em que as novas formas do racismo se manifestam: as relações trabalhistas (Pettigrew & Meertens, 1995). De fato, Vala e colaboradores (1998, 1999) têm constatado que, embora as pessoas não se considerem preconceituosas, os negros representam para os portugueses uma ameaça econômica na medida em que acreditam que os programas governamentais não estabelecem limitações rigorosas que reduzam o acesso desses aos postos de emprego. Nas novas teorias sobre o racismo (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981) essa seria uma das maneiras que os indivíduos encontraram para manifestar de forma latente o seu preconceito. Para esses autores, essa estratégia seria decorrente da internalização das normas anti-racistas. Contudo, de acordo com a perspectiva das representações sociais, as novas formas do racismo são decorrentes menos de processos psicológicos de internalização dessas normas do que de novos discursos ideológicos construídos pelos grupos dominantes para justificar a sua condição de maioria social (Camino & cols., 2001). Mas como esse discurso favorece o racismo?

Corroborando as hipóteses previamente elaboradas, os resultados da MANOVA mostram que o discurso justificador da discriminação ancorou ambas formas de expressão do preconceito, fundamentalmente as formas indiretas desse preconceito. Assim, no grupo que teve acesso ao discurso justificador, a adesão dos estudantes aos princípios organizadores da decisão da gerente bem como a própria decisão dos estudantes em não contratar a candidata negra, manifestam-se com mais força. Com os

princípios organizadores, o preconceito é avaliado de forma indireta na medida em que a percepção de justiça e a avaliação profissional da gerente permitem um julgamento indireto do alvo da discriminação. Nesse sentido, quanto menos injusta e quanto mais profissionalmente a decisão da gerente foi percebida mais favoráveis à discriminação os estudantes foram. Os membros do grupo experimental, embora considerem a decisão da gerente injusta, como mostra a média desse grupo em relação à percepção de justiça, de forma ambivalente (Katz & Hass, 1988), também tenderiam a ter a mesma decisão da gerente: contratariam a moça branca. A que se deve essa ambivalência? Para Wetherell (1996), o fato de que os sujeitos experimentem algum conflito e atuem de forma ambivalente não quer dizer que esse conflito se deva a processos psicológicos. Ao contrário, esse tipo de ambigüidade ocorre na medida em que as pessoas utilizam os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na sociedade. Nesse sentido, esses repertórios, traduzidos em formas de discursos ideológicos (Billig, 1985), expressam, como apontam Pereira e Camino (2002), as características da mentalidade pós-moderna. Paradoxalmente, essas características tomam forma de discursos favoráveis tanto à fraternidade e à igualdade quanto às preocupações concretas de um mundo visto essencialmente como competitivo (Billig, 1991). Segundo esses mesmos autores, ao mesmo tempo em que o mundo apela cada vez mais para a solidariedade, submete-se às não bem explicitadas leis de mercado.

Uma explicação alternativa poderia ser levantada para o efeito do discurso sobre o preconceito. De acordo com a perspectiva da cognição social, os membros do grupo experimental teriam apresentado uma visão mais positiva da decisão da gerente porque, com o discurso, eles tiveram acesso a um maior conjunto de informações sobre as intenções da gerente, de modo que as suas inferências sobre as relações entre essas intenções e a sua avaliação profissional poderiam ser mais precisas. De fato, nessa perspectiva, o indivíduo desenvolve estruturas cognitivas próprias que transformam e processam dados concretos do meio ambiente (Fiske & Taylor, 1984; Nisbett & Ross, 1980), onde as informações processadas não são uma cópia da realidade, mas uma construção pessoal do indivíduo (Ismael, Maciel & Camino, 1996). Entretanto, a teoria das representações sociais, adotada neste artigo, não nega que os indivíduos utilizam uma lógica cognitiva para fazer inferências, mas considera que essa lógica é social. Para explicar esse processo, Moscovici (1976) argumenta que o pensamento depende tanto do sistema cognitivo, responsável pelas operações mentais, quanto do meta-sistema social que estabelece as regras do processamento dessas operações. Esses sistemas são

responsáveis pela transformação do conhecimento científico em teorias de senso comum. Enquanto essa transformação é processada de acordo com as regras de inferência, elas são também determinadas no sistema de comunicação social (Moscovici, 1988). Assim, embora os julgamentos realizados pelos estudantes do grupo experimental sobre a decisão da gerente sejam processados a partir da lógica da inferência cognitiva, o conteúdo dessa inferência foi determinado pelo conteúdo e pela lógica do discurso apresentado, o qual, por natureza, é social, uma vez que, como mostram os resultados da Tabela 1, os elementos constitutivos desse discurso compõem para os estudantes o campo representacional das relações raciais no Brasil.

Para finalizar, é relevante a reflexão sobre o método empregado no estudo, uma vez que poderia parecer paradoxal uma pesquisa experimental orientada pela abordagem das representações sociais. Realmente, esse aspecto tem gerado controvérsias entre os teóricos das representações sociais (Jesuino, 2000), embora o próprio Moscovici (1988) defenda que os estudos desenvolvidos nessa abordagem devam utilizar os mais variados procedimentos metodológicos. A experimentação pode ser utilizada com restrições, como por exemplo, para analisar um aspecto específico, como a influência de um discurso sobre a expressão do preconceito em um grupo restrito de estudantes. Mas ela não permite verificar os processos ideológicos subjacentes à construção desses discursos, pois esses são construídos nas relações históricas que os grupos construíram em cada cultura específica. A cultura não se forma experimentalmente.

## Referências

- Abrams, D. & Hogg, M. (1990). *Social identity theory: Constructive and critical advanced*. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Abric, J. C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: Système central et système périphérique. Em C. Guimelli (Org.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 73-84). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Andrews, G. R. (1998). *Negros e brancos em São Paulo: 1888- 988*. Bauru: Edusp.
- Augustinos, M. & Innes, J. M. (1990). Towards an integration of social representations and social schema theory. *British Journal of Social Psychology*, 29, 213-231.
- Azevedo, T. (1975). *Democracia racial*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bauman, Z. (1998). *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beeman, W. & Frank, I. (1998). *New dynamic in the global economy*. New York: Committee for Economic Development.
- Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A. & Crandall, C. S. (1996). Values and prejudice: Toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. Em C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.), *The psychology of values: The Ontario Symposium* (pp. 153-189). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. London: Sage.
- Billig, M. (1993). Racismo, prejuícos y discriminación. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social: Influencia y cambio de actitudes, individuos y grupos* (pp. 575-600). Barcelona: Paidós.
- Browser, B. P. (1995). Introduction: The global community, racism and anti-racism. Em B. P. Browser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 1-10) London: Sage.
- Byrnes, D. & Kiger, G. (1988). Contemporary measurement of attitudes toward blacks. *Educational and Psychological Measurement*, 48, 107-119.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.
- Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 39-63). Brasília: CFP.
- Camino, L. & Pereira, C. (2002). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo. (material não-publicado).
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Campbell, D. & Stanley, J. (1979). *Delimitamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: EPU.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relations of power between groups. Em H. Tajfel (Org.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University.
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.
- Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelas: De Boeck.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1986). Les représentations sociales: Définition d'un concept. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 82-95). Paris: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 198-195.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.
- Doise, W. (1998). Social psychology and human rights. *European Review*, 6, 349-355.
- Doise, W. & Clémence, A. (1996). La problématique des droits humains et la psychologie sociale. *Conexions*, 67, 9-27.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N. Mowrer, O. & Sears, R. (1939). *Frustration and aggression*. New York: Yale University Press.
- Dorai, M. & Deschamps, J. C. (1990). Adresse-t-on les mêmes stéréotypes aux enfants et aux adultes de même groupe ethnique? *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 575-590.

- Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). New York: Springer-Verlag.
- Farr, R. (1995). Representações sociais: A teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes.
- Fiske, S. & Taylor, S. (1991). *Social cognition*. New York: McGraw-Hill.
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. S. Paulo: UNESP
- Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attribitional analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Orgs.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 119-143). New York: Harvester.
- Haslam, S. A. & Turner, J. C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation. *European Journal of Social Psychology*, 22, 251-278.
- Heringer, R. (1995). Introduction to the analysis of racism and anti-racism in Brazil. Em B. P. Bowser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 203-207). London: Sage.
- Hewstone, M. (1990). The ultimate attribution error? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-335.
- Hogg, M. & Abrams, D. (1988). *Social identification: A social psychology of intergroup relations and group processes*. London: Routledge.
- Ismael, E., Maciel, C. & Camino, L. (1996). O conhecimento do outro: Explicações em termos de cognição social. Em Camino, L. (Org.), *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social* (pp. 59-117). João Pessoa: Editora Universitária.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Jesuíno, J. C. (2000). A psicologia social europeia. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 49-60). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1993). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 469-494). Barcelona: Paidós.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Katz, I. & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American values conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Lepore, L. & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 275-287.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). Basic concepts and approaches in social cognitions. Em M. Hewstone, W. Stroebe & G. M. Stephenson (Orgs.), *Introduction to social psychology: A european perspective* (pp. 109-134). Oxford: Blackwell.
- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Peres, A. & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroup and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 186-198.
- Likert, R. (1970). The technique for the measurement of attitudes. Em G. F. Summers (Org.), *Attitude measurement* (pp. 149-158). London: Kershaw.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del prejuicio*. Madrid: Síntesis.
- Martinez, I. & Camino, L. (2000, Setembro). *Brasil es racista, Brasil no es racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos*. Trabalho apresentado no VII Congresso de Psicologia Social da Espanha, Oviedo, Espanha.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. Em J.F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.) *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). New York: Academic Press.
- McConahay, J. B., Hardee, B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends upon who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- Meertens, R. & Pettigrew, T. (1999). Será o racismo sutil mesmo racismo? Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 11-29). Oeiras: Celta.
- Ministério do Trabalho. (1998). *Programa nacional de direitos humanos. Brasil, gênero e raça: Todos pela igualdade de oportunidade*. Brasília: MTb.
- Monteiro, M. B. (2000). Conflito e negociação entre grupos. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 411-456). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1993). De la ciencia al sentido comum. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 679-710). Barcelona: Paidós.
- Moscovici, S. & Mugny, G. (1987). *Psychologie de la conversion*. Friburgo: Delval.
- Moscovici, S. & Péres, J. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: O caso dos ciganos. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.
- Mummendey, A. & Wenzel, M. (1999). Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 158-174.
- Nisbett, R. E. & Ross, L. (1980). *Human inference: Strategies and shortcomings of social judgment*. Englewood cliffs: Prentice Hall.
- Oakes, P. J., Haslem, S. A. & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford: Blackwell.
- Osgood, C. E., Succi, G. J. & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Urbana, Ill: University of Illinois Press.
- Pedersen, A. & Walker, I. (1997). Prejudice against Australian Aborigines: Old fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, 561-587.
- Pereira, C. (2000). *Representações sociais do envolvimento nos direitos humanos: Sua ancoragem nos sistemas de valores de estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.
- Pereira, C. & Camino, L. (2002). Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em universitários de João Pessoa. (material não-publicado).
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Phillips, S. T. & Ziller, R. C. (1997). Toward a theory and measure of the nature of nonprejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 420-434.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.

- Rego, A. (2001). Percepções de justiça: Estudos de dimensionalização com professores do ensino superior. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 119-131.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Estampa.
- Rodrigues, A. (1984). *Deteção de preconceito racial e de estereótipo sexual através de atribuição de diferencial de causalidade*. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: FGV/CBPP.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 174-221). New York: Academic Press.
- Santos, I. A. (1999). Discriminação: Uma questão de direitos humanos. Em D. D. de Oliveira, R. B. de Lima, S. A. dos Santos & T. L. Tosta (Orgs.), 50 anos depois: Relações raciais e grupos socialmente segregados (pp. 53-74). Goiânia: MNDH.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Schuman, H., Steeh, C., Bobo, L. & Krysan, M. (1998). *Racial attitudes in America: Trends and interpretations*. Cambridge: Harvard University.
- Schwarcz, L. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. J. (1995). *Racismo à brasileira: Raízes históricas*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human right and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social group* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Telles, E. E. (1994). Industrialização e desigualdade racial no emprego: O exemplo brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, 26, 21-52.
- Torres, A. R. R. (1996). *Exploring group diversity: Relationships between ingroup identification and ingroup bias*. Tese de Doutorado não-publicada, University of Kent at Canterbury, Reino Unido.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, 887-919.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.
- van Dijk, T. (1988). Social cognition, social power and social discourse. *Text*, 8, 129-157.
- Venturi, G. & Paulino, M. F. (1995). Pesquisando preconceito racial. Em C. turra & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil* (pp. 83-95). São Paulo: Ática.
- Vrugt, A. & Nauta, M. (1995). Subtle prejudice against woman in the Netherlands. *The Journal of Social Psychology*, 135, 601-606.
- Wetherell, M. (1996). *Identities groups and social issues*. California: The Open University.
- Yzerbyt, V., Rocher, S. & Schadron, G. (1997). Stereotypes as explanations: A subjective essentialistic view of group perception. Em R. Spears, P. Oakes, N. Ellemers & S. Haslam (Orgs.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 20-50). Oxford: Blackwell.

Recebido: 10/05/2002  
1ª revisão: 16/07/2002  
Aceite final: 20/08/2002

#### Sobre os autores

**Cícero Pereira** é Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás (UCG) e Pesquisador no Núcleo de Estudos Psicossociais da UCG.

**Ana Raquel Rosas Torres** é Doutora em Psicologia Social pela *University of Kent at Canterbury* (Reino Unido), Professora do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás e Pesquisadora no Núcleo de Estudos Psicossociais da UCG.

**Saulo Teles Almeida** é aluno do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Goiás e é pesquisador voluntário no Núcleo de Estudos Psicossociais da UCG.

## Anexo A

### Cenário Entregue a Todos os Estudantes

A gerente de uma loja de cosméticos em um *Shopping Center* precisava contratar uma jovem moça para integrar o quadro de vendedoras dos produtos da loja. Para contratar a mais competente funcionária possível, ela colocou um anúncio nos classificados de um jornal, onde solicitava uma inscrição que deveria ser feita através do envio do currículo pelos correios. Com os currículos em mãos, a gerente selecionou as duas melhores candidatas. Eram duas jovens de 22 anos, estudantes universitárias com excelentes desempenhos acadêmicos e profissionais. Entretanto, a gerente poderia contratar apenas uma funcionária. Como, em todas as avaliações objetivas possíveis, as características das duas moças eram iguais, a gerente resolveu fazer uma entrevista para verificar qual delas era a mais simpática, a mais extrovertida e a com melhor fluência verbal, que são características essenciais de uma boa vendedora em lojas de *Shopping Center*. Para surpresa da gerente, as duas candidatas além de terem excelente fluência verbal, eram muito simpáticas e extrovertidas. Na verdade, elas se diferenciavam em apenas uma característica: tratava-se de uma moça de cor branca e uma de cor negra.

### Grupo de Controle

Para os membros do grupo de controle, acrescentou-se a seguinte frase ao final do texto: “Após ver a cor da pele das candidatas, a gerente não teve mais dúvidas resolvendo contratar a moça branca”.

### Grupo Experimental

Aos membros do grupo experimental foi apresentado o seguinte discurso justificando a decisão da gerente:

“Após ver a cor da pele das candidatas, a gerente se colocou em um dilema, pois não sabia ao certo quem deveria contratar. Sendo muito justa nas suas relações pessoais, a gerente sabia, entretanto, que por a sociedade brasileira ser extremamente preconceituosa, principalmente nas camadas mais elevadas, ela não poderia contratar uma funcionária negra, pois os frequentadores do *Shopping Center* poderiam não entrar em sua loja para comprar os produtos à venda. Se isso ocorresse, pensou a gerente, tanto ela quanto os outros funcionários poderiam ficar desempregados. Assim, considerando que ela não é uma pessoa preconceituosa, ao contrário, sempre foi a favor da justiça social, mas que a sociedade brasileira é extremamente injusta e preconceituosa, resolveu contratar a moça branca, pois dessa forma ela estaria agindo profissionalmente ao cumprir o seu papel de administradora de negócios, pensando, sobretudo, no futuro da loja e no emprego de seus funcionários”.



**Centro de  
Estudos  
Psicológicos  
sobre  
Meninos e  
Meninas de Rua**

reúne os psicólogos **Sílvia H. Koller, Alessandra Marques Cecconello, Carolina Lisboa, Clarissa De Antoni, Cláudio S. Hutz, Elder Cerqueira, Gabriela Azen Azevedo, Juliana Prates Santana, Letícia Forster, Lísia Ramos Mayer, Lucas Neiva-Silva, Raquel Cardoso Brito, Simone Palludo**, alunos de Graduação e Pós-Graduação. Os objetivos principais do **CEP-RUA** são: ensino, extensão e pesquisa sobre aspectos psicológicos de crianças, adolescentes e famílias em situação de risco pessoal e social, sob o enfoque da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano.

Agora com grupos em Rio Grande (FURG), coordenado por Maria Ângela Yunes, em Caxias do Sul (UCS), coordenado por Maria Elisa Fontana Carpena e no Distrito Federal (UCB), coordenado por Paola Biasoli Alves.

**CEP-RUA/UFRGS**

**Instituto de Psicologia**

Rua Ramiro Barcelos, 2600, Sala 104

90035.003, Porto Alegre, RS

Fones: (51) 33165150 Fax: (51) 3333.9819

E-mail: CEP\_RUA@ufrgs.br